

Sumário

Apresentação	5
Prefácio	9
<i>Marina Feferbaum</i>	
Os negócios jurídicos do amanhã.....	25
<i>Gabriela Lima Barreto e Mariana Domingues S. Herold</i>	
Introdução	26
Os impactos dos negócios jurídicos do amanhã	27
O desafio da proteção de dados	30
Internet das coisas (ou IOT – <i>Internet of Things</i>)	30
<i>Lawtech e Legaltech</i>	32
Marco civil da internet	32
Conclusão: como atuar nesta realidade virtual.....	34
Agência Nacional de Proteção de Dados e (des)judicialização do conflito.....	37
<i>Vivian d’Avila Melo Paixão</i>	
1. Breve introdução	37
2. Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e (Des)judicialização do conflito.....	38
3. Conclusão.....	46
4. Bibliografia	47

A proteção de dados pessoais nos sistemas Projudi e PJe ... 49*Patricia Eliane da Rosa Sardeto e Julia Lonardon Ramos*

1. Introdução	49
2. Sociedade em rede	50
3. Dados pessoais à luz da lei geral de proteção de dados.....	53
4. A política de tratamento de dados pessoais nos sistemas Projudi e PJe.....	56
4.1. Projudi.....	57
4.2. PJe.....	59
5. Atuação do judiciário diante da Lei Geral de Proteção de Dados nos sistemas judiciais eletrônicos.....	60
Conclusão.....	61
Referências bibliográficas	63

Inteligência artificial: diretrizes, estratégias e verificação nos tribunais brasileiros..... 67*Ana Paula Moraes Canto de Lima e Juliana Targino Nóbrega*

I. Introdução	68
II. Inteligência artificial: do surgimento às estratégias nacionais para desenvolvimento	69
II.I. Planos estratégicos nacionais para uso e desenvolvimento da inteligência artificial	72
III. Breve panorama dos tribunais brasileiros	75
IV. Breve panorama do uso da inteligência artificial pelos tribunais brasileiros	77
V. Considerações finais.....	81
VI. Referências	83

Culpabilidade penal da inteligência artificial: Era de Ultron... 87*Isabella da Penha Lopes Santana*

1. Aspectos gerais sobre inteligência natural e artificial	87
1.1. Processo de Formação da Inteligência Natural e Processo de Formação da Inteligência Artificial.....	87

1.2. Filtragem de Dados e Tomada de Decisões da Máquina Inteligente	88
2. A máquina inteligente e seu reconhecimento no ordenamento jurídico	90
2.1. Direitos Humanos.....	90
2.2. Direitos da Personalidade	91
2.3. Cidadania	92
2.4. O Caso Sophia	93
2.5. Robôs como sujeitos de direitos	94
2.6. Direitos fundamentais e deveres da máquina inteligente...	94
2.7. Finalidade da Norma Penal	96
3. Culpabilidade penal da inteligência artificial	97
3.1. Legislação Aplicada à Máquina Inteligente.....	97
3.2. Reconhecimento da máquina no Direito Penal e aplicação da norma.....	99
3.3. Cominação e Aplicação da Pena	101
3.4. Responsabilização Penal da Inteligência Artificial.....	103
Conclusões	106
Referências	109

Mercado de criptomoedas: regulamentação pelo mundo e crescimento em nova crise no sistema financeiro internacional 113

Julia García Távora Menegaz

1. A crise de 2008 e o surgimento da criptomoeda.....	113
2. Vantagens e desvantagens do uso da moeda digital	115
3. A regulamentação dos bitcoins ao redor do mundo: benefícios a curto e longo prazo.....	118
4. Parecer da união europeia sobre as criptomoedas	118
5. Criptoativos e as respostas asiáticas	119
6. Instrução Normativa 1.888/2019: A Receita Federal, o manual das criptomoedas e declaração de renda.....	120
7. <i>Bitcoins</i> e as crises econômicas mundiais	121
Referências bibliográficas	122

A cyber interferência eleitoral e o princípio da não intervenção em assuntos internos: um estudo acerca das eleições norte-americanas de 2016 125

Lisandra Ramos Duque Estrada

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 125 |
| 2. A cyber influência eleitoral no caso das eleições norte-americanas de 2016..... | 127 |
| 3. A violação ao princípio da não intervenção em assuntos internos ... | 131 |
| 4. Conclusão..... | 135 |
| 5. Referências bibliográficas | 136 |

O direito à intimidade e a proteção de dados e registros na era digital..... 139

Lorena Muniz e Castro Lage

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 139 |
| 2. Evolução das tecnologias..... | 140 |
| 3. O direito e a proteção jurídica na era digital..... | 141 |
| 3.1. A Proteção Jurídica a partir dos Direitos da Personalidade... | 143 |
| 3.2. O Direito ao Esquecimento e as Informações Sensíveis.... | 145 |
| 4. Do direito à privacidade à construção do direito à intimidade | 147 |
| 5. O direito à intimidade e a proteção de dados e registros na era digital..... | 151 |
| 5.1. O direito à intimidade e os desafios na era digital | 151 |
| 5.2. A dificuldade da proteção aos dados e registros e a solicitação de prévia e expressa permissão..... | 152 |
| 5.3. O direito à intimidade e a proteção de dados e registros no ambiente virtual à luz do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... | 153 |
| 6. A efetiva proteção de dados e registros no ambiente virtual | 156 |
| 7. Considerações finais..... | 157 |
| Referências | 158 |

“Tudo é meio Jetsons”: novas tecnologias, internet das coisas e aspectos regulatórios à luz do Código de Defesa do Consumidor 161

Maria Beatriz Saboya Barbosa

- | | |
|-------------------|-----|
| Referências | 174 |
|-------------------|-----|

A internet deu voz às pessoas. Mas como o direito regula a liberdade de expressão *online*? Uma Análise da Regulação Brasileira..... 177

Patricia Helena Marta Martins e Bruna Borghi Tomé

- | | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 178 |
| 2. O que é liberdade de expressão e qual a regulamentação existente ... | 180 |
| 3. A jurisprudência relativa ao “antes e depois” do marco civil da internet | 186 |
| 4. Novas propostas legislativas | 191 |
| 5. As políticas de uso das redes sociais | 193 |
| 6. Conclusões | 196 |
| 7. Referências bibliográficas | 196 |

Nova visão sobre o direito de privacidade a partir da evolução do conceito de base..... 201

Rosine Kadamani

- | | |
|--|-----|
| Introdução | 202 |
| PARTE 1 – CONCEITUAÇÃO..... | 202 |
| 1.1. Esforços diversos agregados no <i>Wikipedia</i> | 202 |
| 1.2. Respaldo legal à privacidade..... | 205 |
| 1.3. Exceções ao direito de privacidade..... | 206 |
| PARTE 2 – REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PRIVACIDADE A PARTIR DA EVOLUÇÃO CULTURAL | 206 |
| 2.1. Evolução cultural a partir do desenvolvimento da internet... | 206 |
| 2.2. Foco nos dados e aumento de exposição pessoal | 207 |
| 2.3. Será que as pessoas se importam tanto assim com sua privacidade? | 208 |
| PARTE 3 – REFLEXÕES SOBRE RISCOS DA EXPOSIÇÃO – DESENHO DE UM FUTURO DISTÓPICO..... | 209 |
| 3.1. Mas qual o problema?..... | 209 |
| 3.2. Escolha? | 210 |
| PARTE 4 – REFLEXÕES SOBRE RISCOS DA EXPOSIÇÃO – DESENHO DE UM FUTURO DISTÓPICO..... | 213 |
| 4.1. A evolução do conceito de privacidade e, conseqüentemente, da correspondente necessidade de proteção legal..... | 213 |

4.2. Mas será que há, realmente, alguma chance de voltarmos atrás nesse processo?	214
PARTE 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
Cidades privadas (<i>free private cities</i>) e perspectivas no direito brasileiro	217
<i>Sílvia Piva e Milene Amoriello Spolador</i>	
Introdução	218
1. A mídia como interruptor de mudanças civilizacionais	219
2. A anomalia e os fatores causante, detonante e conseqüente	221
3. O Estado obsoleto e a reintermediação de suas atividades frente ao novo modelo civilizacional	223
4. Cidades Privadas Livres também conhecidas pela literatura internacional como <i>Free Private Cities</i> e reflexões jurídicas sobre este modelo.....	225
Considerações finais.....	231
Referências bibliográficas	232
O <i>blockchain</i> no âmbito internacional: de “vilão” a mocinho e os desafios restantes	233
<i>Thaís Magrini Schiavon</i>	
1. Introdução	233
2. De vilão a mocinho: iniciativas para o uso do <i>blockchain</i> no âmbito internacional	235
3. Dos desafios (ainda) existentes para a implementação.....	241
4. Conclusão.....	247
Referências bibliográficas	248
Inteligência Artificial e <i>Robotic Process Automation</i> e suas aplicabilidades ao universo jurídico	251
<i>Thaís Moura Carreira</i>	
Lei Geral de Proteção de Dados e a responsabilidade civil	253
Cenário jurídico nacional.....	254
Aplicação da Inteligência Artificial, <i>Big Data</i> e RPA ao Direito.....	255

O uso de tecnologia aplicado ao <i>Compliance</i> e aos contratos.....	258
Referências Bibliográficas.....	260
Uso de tecnologia para as pessoas com deficiência: regulação e políticas públicas.....	261
<i>Bruna Borghi Tomé</i>	
Introdução.....	261
1. A tecnologia como instrumento de inclusão e efetivação da igualdade.....	262
2. Regulamentação existente: a pessoa como foco e o ambiente como meio de garantir a igualdade.....	265
3. Indispensabilidade de políticas públicas para a garantia da acessibilidade.....	272
Conclusão.....	277
Referências.....	278
"O direito à eliminação de dados e o <i>blockchain</i>".....	281
<i>Viviane Nóbrega Maldonado</i>	
1. Introdução.....	281
2. A evolução do conceito de privacidade e o nascimento de um novo direito.....	283
3. O direito ao apagamento de dados na união europeia.....	288
4. O direito à eliminação de dados no Brasil.....	293
5. O <i>blockchain</i>	295
6. Conclusão.....	299
O ciberespaço e uma nova escala supraestatal de juridicidade.....	301
<i>Carolina Langbeck Osse</i>	
1. Cartografia simbólica do Direito.....	301
2. Ciberespaço.....	305
3. A importância do reconhecimento do código de rede como juridicidade.....	307
4. O potencial de controle no Brasil.....	309
5. Conclusão.....	311
6. Bibliografia.....	312

Open banking e o mercado brasileiro..... 313*Cintia Maria Ramos Falcão e Beatriz de Campos Gazoli*

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 313 |
| 2. O que é <i>Open Banking</i> ? | 314 |
| 3. <i>Open Banking</i> no Mundo | 315 |
| 4. <i>Open Banking</i> no Brasil | 317 |
| 5. Proteção de Dados | 318 |
| 6. Casos de Uso | 320 |
| 7. Desafios e Oportunidades..... | 320 |
| 8. Considerações finais..... | 321 |

O acesso à justiça e a solução de conflitos *on-line*..... 323*Andrea Maia e Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves*

- | | |
|--|-----|
| Ampliação das possibilidades de acesso à justiça | 323 |
| Canais virtuais de solução de conflitos..... | 328 |
| O encaminhamento adequado dos conflitos | 331 |
| Considerações finais..... | 332 |
| Referências | 333 |

A quarta revolução industrial: inteligência artificial e responsabilidade civil..... 335*Andrezza Barreto*

- | | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 335 |
| 2. Da inteligência artificial..... | 336 |
| 2.1. Da conceituação e da contextualização histórico-evolutiva da inteligência artificial | 336 |
| 2.1.1. Da dimensão da inteligência artificial no momento presente | 338 |
| 2.2. Da problematização no avanço da IA..... | 339 |
| 3. A inteligência artificial no direito | 340 |
| 3.1. Dos impactos da tecnologia no mundo jurídico | 340 |
| 3.2. <i>As lawtechs</i> e <i>as legaltechs</i> | 342 |
| 4. A responsabilidade civil e a inteligência artificial..... | 343 |

4.1.	Da responsabilidade civil e seus elementos	343
4.2.	Da responsabilidade pelos atos ilícitos autônomos das IAs	344
4.2.1.	Quem é o agente quando acontece um dano?	347
4.3.	Resolução do parlamento europeu sobre as regras direito civil na robótica	348
4.4.	A responsabilidade civil e seu papel regulador de mercado: como incentivar a inovação e permitir a reparação de danos?.....	349
5.	Conclusão.....	350
	Referências	351

O Implemento das Tecnologias disruptivas diante da realidade do Sistema Judiciário Brasileiro – Considerações sobre o valor do trabalho humano na era tecnológica..... 355

Charize de Oliveira Hortmann

1.	Introdução	356
2.	Novas tecnologias e o direito: aspectos positivos e novos questionamentos	358
2.1.	Algoritmos realizando a triagem dos processos por assunto	359
2.2.	Inteligência artificial e uniformização de jurisprudência... ..	361
2.3.	Inteligência artificial e a logística dos escritórios de advocacia.....	363
3.	O trabalho humano na área jurídica no futuro	367
4.	Conclusão.....	369
5.	Referências	370

A duplicata escritural 375

Daniela Mussolini Llorca Sanchez

1.	A evolução do modelo	375
2.	Principais Características da Duplicata Escritural.....	377
3.	O protesto da duplicata escritural	381
4.	A relevância da atuação da instituição escrituradora.....	382
5.	A duplicata escritural como ativo financeiro	384

6. Considerações finais.....	384
Bibliografia	385
LGPD no contexto das <i>fintechs</i>.....	387
<i>Dulce Artese</i>	
1. Introdução	387
2. Princípios da LGPD e direitos dos titulares de dados pessoais	390
3. Visão geral da regulamentação de uso dados no mercado financeiro.....	391
4. Missão das <i>Fintechs</i> e a experiência do cliente.....	394
5. <i>Fintechs</i> e o programa de adequação à LGPD	396
6. Conclusão.....	400
"Male by design": um ensaio sobre equidade, discriminação algorítmica por viés de gênero e proteção de dados pessoais	403
<i>Maria Fernanda Hosken de Souza Perongini</i>	
1. Introdução	404
2. A marcha contínua das leis brasileiras na defesa dos direitos das mulheres.....	405
3. Viés de gênero e algoritmos	412
4. Tomada de decisões discriminatórias de forma automatizada	415
5. A LGPD e seus mecanismos antidiscriminatórios	420
6. Considerações finais.....	426
Prova judicial e tecnologia <i>blockchain</i>	429
<i>Isadora Werneck e Maria Gabriela Grings</i>	
1. Introdução	430
2. Tecnologia <i>blockchain</i> : noções introdutórias	430
3. Aplicação na cadeia de custódia das provas judiciais: TJSP e a plataforma <i>originalmy</i>	433
4. Considerações sobre o registro de prova em <i>blockchain</i> e a validade da sua utilização no processo	438
5. Eficácia probatória do fato ou pensamento representado por <i>blockchain</i>	442

6. Conclusão.....	448
7. Referências bibliográficas	449
Blockchain sob a ótica jurídica	453
<i>Tatiana Revoredo</i>	
1. Introdução	454
2. <i>Blockchain</i>	455
2.1. O que é <i>blockchain</i>	455
2.1.1. <i>Blockchain</i> é uma tecnologia de núcleo	455
2.1.2. <i>Blockchain</i> NÃO é um banco de dados	455
2.1.3. Conceito	455
2.2. Por qual razão a <i>blockchain</i> surgiu?	456
2.3. Principais características	456
2.3.1. Imutabilidade	456
2.3.2. Transparência	457
2.3.3. Descentralização.....	457
2.4. Sua arquitetura é segura por <i>design</i>	457
2.5. Não existe somente uma <i>blockchain</i>	457
2.6. Tipos de <i>Blockchains</i>	458
2.6.1. <i>Blockchains</i> públicas ou abertas.....	458
2.6.2. <i>Blockchains</i> privadas ou fechadas	458
2.7. <i>Blockchain</i> não é uma base de dados.....	458
3. Os caminhos para obter clareza jurídica em relação à inovação.....	458
4. A tecnologia <i>blockchain</i> e o Direito.....	459
4.1. O ordenamento jurídico atual é suficiente para acomodar as questões jurídicas provocadas pelo surgimento da tecnologia <i>blockchain</i> ?.....	459
4.2. Valor jurídico de <i>blockchain</i> como registro	460
4.3. <i>Blockchains</i> e Proteção de dados	460
4.4. <i>Blockchains</i> , privacidade e anonimato	461
4.4.1. A distinção entre <i>blockchains</i> pseudônimas e <i>blockchains</i> anônimas	462
4.4.2. Transparência e privacidade são interdependentes...	462
4.4.3. Como privacidade e a transparência funcionam em uma <i>blockchain</i>	463

4.4.4. Por que a contradição entre transparência e privacidade nas <i>blockchains</i> é falsa.....	463
4.4.5. O equívoco no ceticismo dos reguladores quanto à tecnologia <i>blockchain</i>	464
5. Conclusão.....	464
Bibliografia	465
A proteção de dados como direito da personalidade	467
<i>Thais Stela S. Artibale Faria</i>	
A nova sociedade da informação	467
Dados pessoais como direitos da personalidade	469
O impacto do processamento de dados na vida humana	470
Definição de dados e o processo de anonimização	472
Análise consequencialista da norma.....	474
O fluxo da informação e a formação da personalidade.....	475
Referências bibliográficas	477
Arranjos de pagamento no Brasil: a regulamentação do mercado de meios de pagamento diante a inovação tecnológica.....	479
<i>Vanessa Rodrigues da Cunha Pereira Fialdini</i>	
1. Introdução	480
2. O surgimento do cartão de crédito e a evolução dos meios de pagamentos no Brasil.....	481
3. Integrantes do mercado de meios de pagamento	482
3.1. Arranjo de Pagamento	482
3.2. Instituidores de Arranjos de Pagamento.....	483
3.3. Instituições de Pagamento.....	483
3.4. Subcredenciadoras.....	484
4. Interoperabilidade	485
5. Diferenciação de preços.....	486
6. Compensação e liquidação centralizada.....	486
7. Trava de domicílio	486
8. Inovação na indústria de pagamentos	487

8.1. <i>Open Banking</i>	488
8.2. Pagamento Instantâneo	488
8.3. <i>Sandbox</i>	489
9. Conclusão.....	490
Referências bibliográficas	491